

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório
do auditor independente em 31 dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 266QN-067-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	11.881	8.437	Fornecedores	-	1.223	1.804
Contas a receber	6	3.325	3.224	Empréstimos e financiamentos	10	6.064	5.976
Contas a receber - Partes relacionadas	11	13	104	Obrigações fiscais e trabalhistas	-	310	372
Impostos a recuperar	7	2.272	1.676	Dividendos - Partes relacionadas	11	14	4.338
Outros ativos	-	120	527	Contas a pagar - Partes relacionadas	11	222	188
Total do ativo circulante		17.611	13.968	Arrendamentos	12	40	36
				Penalidades contratuais	20	37.525	25.887
				Outros passivos	-	-	31
				Total do passivo circulante		45.398	38.632
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	5.125	6.045	Empréstimos e financiamentos	10	69.671	73.356
Imobilizado	8	129.197	133.409	Arrendamentos	12	5.946	5.710
Intangível	9	2.144	2.254	Obrigações pela desmobilização de ativos	8	336	308
Total do ativo não circulante		136.466	141.708	Total do passivo não circulante		75.953	79.374
				Total do passivo		121.351	118.006
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		47.752	47.752
				Prejuízos acumulados		(15.026)	(10.082)
				Total do patrimônio líquido		32.726	37.670
Total do ativo		154.077	155.676	Total do passivo e patrimônio líquido		154.077	155.676

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Demonstrações do resultado para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais (exceto prejuízo por ação, em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	16.570	14.013
Custos operacionais	16	(12.586)	(12.133)
Resultado bruto		3.984	1.880
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	16	(753)	(759)
Lucro operacional		3.231	1.121
Despesas financeiras		(8.972)	(8.019)
Receitas financeiras		1.990	1.058
Resultado financeiro	17	(6.982)	(6.961)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.751)	(5.840)
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.193)	(842)
Prejuízo do exercício		(4.944)	(6.682)
Prejuízo por ação - R\$		(0,10)	(0,14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Demonstrações do resultado abrangente para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(4.944)	(6.682)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(4.944)	(6.682)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
Em milhares de reais

	Notas	Capital Social	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	37.860	-	-	-	(3.400)	34.460
Aumento de capital		9.892	-	-	-	-	9.892
Absorção de prejuízos	14.2	-	-	-	-	(6.682)	(6.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14	47.752	-	-	-	(10.082)	37.670
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.944)	(4.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14	47.752	-	-	-	(15.026)	32.726

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.751)	(5.840)
Ajustes por			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	17	(614)	(423)
Resultado financeiro - provisão de juros	17	8.082	5.926
Ajuste a valor presente		28	-
Depreciações e amortizações	16	4.599	4.596
Penalidades contratuais - Provisão	20	10.314	12.659
Aumento / diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	6	(101)	186
Contas a receber - partes relacionadas	11	91	(51)
Impostos a recuperar		(596)	(1.669)
Outros ativos		407	699
Fornecedores		(581)	125
Obrigações fiscais e trabalhistas		483	258
Contas a pagar - Partes relacionadas	11	34	(3.429)
Outros passivos		(31)	31
Recursos gerados pelas atividades operacionais		18.364	13.068
Juros pagos sobre financiamento	10	(5.879)	(6.142)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.738)	(1.009)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		10.747	5.917
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
(Aplicações) / resgates de títulos e valores mobiliários	5	1.534	51
Baixa de imobilizado	8	-	211
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de investimento		1.534	262
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	(4.122)	(3.874)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo	11	-	(10.188)
Aumento de capital social	14.1	-	9.892
Dividendos - Partes relacionadas		(4.324)	-
Pagamento de arrendamentos	12	(391)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento		(8.837)	(4.170)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		3.444	2.009
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.437	6.428
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		3.444	2.009
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	11.881	8.437
Transações que não afetaram o caixa			
Imobilizado x passivo de arrendamento		277	222
provisão de desmobilização		28	26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A. (Companhia), constituída em 04 de janeiro de 2018, é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede e foro jurídico no Lote 03, Vila Paraíba, Zona Rural, CEP 59663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, integrante do aqui denominado Grupo Ventos de Serra do Mel I, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas Voltalia.

A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Ventos de Vila Paraíba I com capacidade instalada de 34,650MW.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se com o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 27.787 (R\$ 24.664 em 2024). O Grupo efetua a gestão do caixa da Companhia para fazer frente das necessidades de capital de giro. Havendo a necessidade de capital de giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

1.1 Autorização do Parque Eólico Ventos de Vila Paraíba I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 230 de 11 de junho de 2018 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, alterada pelo Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 3.025 de 13 de dezembro de 2018 mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Vila Paraíba I, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 11 de junho de 2018, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Vila Paraíba I e como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Vila Paraíba I.

1.2 Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado – CCEAR

A Companhia firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR), na modalidade de Disponibilidade de energia elétrica nos 25º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizados em 18 de dezembro de 2017 (Leilão nº 04/2017-ANEEL), prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Os leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração – conhecidos como “leilões de energia nova” - têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras, mediante a venda de energia elétrica a ser gerada por novos empreendimentos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5 Políticas contábeis materiais adotadas

As demais políticas contábeis estão descritas detalhadamente na Nota Explicativa nº 21.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

3. Gerenciamento de riscos

3.1 Fatores de risco financeiro

3.1.1 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros para investimentos da construção das usinas eólicas foram obtidos através dos aportes de capital realizados por sua controladora. Em 2018, a Companhia obteve financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tais recursos tiveram o objetivo de suprir parte do investimento a ser realizado, em adição aos aportes das empresas controladoras.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	1.223	-	-	-	1.223
Empréstimos e financiamentos	6.064	6.062	18.184	45.425	75.735
Mútuos - Partes relacionadas	14	-	-	-	14
Dividendos - Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	222	-	-	-	222
Arrendamentos	40	41	142	5.763	5.986
Penalidades contratuais	37.525	-	-	-	37.525
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1.804	-	-	-	1.804
Empréstimos e financiamentos	5.976	11.952	17.928	43.476	79.332
Mútuos - Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Dividendos - Partes relacionadas	4.338	-	-	-	4.338
Contas a pagar - Partes relacionadas	188	-	-	-	188
Arrendamentos	36	72	108	5.530	5.746
Penalidades contratuais	25.887	-	-	-	25.887

3.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos de longo prazo. O financiamento adquirido junto ao BNB possui taxas variáveis (IPCA) e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

3.2 Riscos regulatórios

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.3 Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estarão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, sendo os valores de mercado dos financiamentos muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	9	23
Aplicações Financeiras	11.872	8.414
	11.881	8.437

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 81,30% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (77,5 % em 31 de dezembro de 2024), já o CDB a rentabilidade foi de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (entre 96% e 97,5% em 2024) e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

5. Títulos e valores mobiliários

Para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em agosto de 2019 o Fundo de Liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado ente o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Vila Paraíba I. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 2,59% do valor do saldo devedor do empréstimo. Tais recursos são investidos em aplicações definidas pelo próprio BNB e eventuais excedentes poderão ser liberados para a conta de livre movimentação da Companhia com periodicidade não inferior a três meses. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, ou liquidação antecipada da dívida.

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que o mesmo possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento deveria ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e o mesmo é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador.

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo para o exercício de 2024 busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho em 2025 foi de 93,29% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (91,8% em 31 de dezembro de 2024).

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Além do Fundo de Liquidez, há a conta reserva voltada para a finalidade de cobrir os serviços de operação e manutenção. Os recursos são aplicados em Fundo de Investimento conforme estabelecido em contrato e para o exercício de 2025 o seu desempenho foi de 93,29% do CDI.

Há também a conta Trianon, utilizada para aporte de garantias financeiras e das liquidações do Mercado de Curto Prazo (MCP) de Energia de Reserva (ER), e a conta centralizadora, utilizada para depósito das receitas recebidas pela empresa.

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - empréstimo BNB	2.265	4.647
Centralizadora	1.636	687
Serviços de manutenção - O&M	755	675
Trianon	469	36
Total	5.125	6.045

6. Contas a receber

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo é composto do montante a receber referente à receita de geração de energia eólica durante o exercício e nessas datas não havia títulos vencidos.

	31/12/2025	31/12/2024
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	3.288	2.795
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	-	42
Ressarcimento de geração	-	345
Certificado de Energia Renovável (IREC)	37	14
Outros	-	28
Total	3.325	3.224

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNB (Nota Explicativa nº 10).

7. Impostos a recuperar

Segue a abertura do saldo:

	31/12/2025	31/12/2024
INSS	5	5
IRPJ e CSLL	1.018	764
PIS e Cofins	1.247	905
Outros	2	2
Total	2.272	1.676

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

8. Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	139.927	111.664	152.212	127.793
Subestação e linha de transmissão	12.285	11.820	-	-
Total dos Imobilizado em operação	152.212	123.484	152.212	127.793
Bens em operação				
Instalações	4	3	4	3
Móveis e utensílios	5	2	5	3
Terreno - Direito de uso	6.202	5.544	5.925	5.408
Máquinas e equipamentos	382	164	382	202
Total dos bens em operação	6.593	5.713	6.316	5.616
Total do imobilizado	158.805	129.197	158.528	133.409

8.1 Movimentações entre 2025 e 2024:

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2062, conforme contratos fundiários.

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições (Baixas)	Depreciação	Outras Movimentações	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	127.793		(3.844)	(12.285)	111.664
Subestação e linha de transmissão	-		(465)	12.285	11.820
Total dos Imobilizado em operação	127.793		(4.309)	-	123.484
Bens em operação					
Instalações	3				3
Móveis e utensílios	3		(1)		2
Terreno - Direito de uso	5.408	277	(141)		5.544
Máquinas e equipamentos	202		(38)		164
Total dos bens em operação	5.616	277	(180)	-	5.713
Total do imobilizado	133.409	277	(4.489)	-	129.197

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

8.2 Movimentações entre 2023 e 2024:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Bens em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	132.361	(281)	(4.287)	127.793
Instalações	3	-	-	3
Móveis e utensílios	3	-	-	3
Terreno - Direito de uso	5.287	292	(134)	5.408
Máquinas e equipamentos	240	-	(38)	202
Total do imobilizado	137.894	11	(4.459)	133.409

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

Os financiamentos com o BNB (Nota Explicativa nº 10) estão garantidos por 10 turbinas de geração de energia.

9. Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	2.750	2.144	2.750	2.254
Total do intangível	2.750	2.144	2.750	2.254

Movimentações entre 2024 e 2025:

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	2.254	(110)	2.144
Total do intangível	2.254	(110)	2.144

Movimentações entre 2023 e 2024:

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	2.364	(110)	2.254
Total do intangível	2.364	(110)	2.254

A Companhia passou a amortizar os intangíveis de forma linear por um prazo de 25 anos, após a entrada em operação em junho de 2020, conforme política aplicável da companhia.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA + 2,7037% a.a.	Real	28/09/2018 - 15/10/2038	82.348	86.548
Custo da transação				(6.613)	(7.216)
				75.735	79.332
Total circulante				6.064	5.976
Total não circulante				69.671	73.356

10.1 Contrato

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 111.601 com vencimento para outubro de 2038. O referido contrato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread de 2,7037% a.a. (com bônus de adimplência de 15% incidentes sobre o Spread), concedido através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

O financiamento junto ao BNB possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R\$6.613 (R\$ 7.216 para 31 de dezembro de 2024), gerando uma taxa de juros efetivos de 6,56% a.a. (2024 – 7,76% a.a.).

10.2 Movimentação dos empréstimos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.686
Juros - resultado	6.171
Custos da transação	509
Pagamento - principal	(3.874)
Pagamento - juros	(6.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	79.332
Juros - resultado	5.793
Custos da transação	611
Pagamento - principal	(4.122)
Pagamento - juros	(5.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	75.735

10.3 Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante

A classificação dos empréstimos entre curto e longo prazo está demonstrada na Nota Explicativa nº 3.1.1 (Gestão de risco financeiro).

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

10.4 Cláusulas restritivas ("Covenants")

Conforme o contrato de financiamento junto o BNB e o contrato de prestação de garantia assinado junto aos Bancos Fiadores do contrato de financiamento a Companhia possuem restrição em relação:

- Distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (não permitido em caso de ICSD<1,2);
- Alienação de controle societário;
- Endividamentos adicionais;
- Alienação de ativos.

No ano de 2025, a Companhia cumpriu as referidas restrições e seu ICSD foi de 0,66 (0,45 em 2024).

	31/12/2025
(+) EBITDA consolidado ajustado do ARef (Ano de Referência), calculado de acordo com o item (D)	7.830
(-) Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.193)
A) Geração de Caixa da Atividade no ARef	6.637
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal realizado no ARef	4.122
(+) Somatório dos 12 meses de Pagamento de Juros no ARef	5.879
B) Serviço da Dívida Consolidado do Complexo Eólico no ARef	10.001
C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da SPE no ARef (A / B)	0,66
(+) Prejuízo do exercício	(4.944)
(- ou +) Despesas financeiras e Receitas financeiras líquidas	6.982
(+) Provisão para IR e CS	1.193
(- ou +) Resultado de itens não recorrentes após tributos	-
(+) Depreciação, amortização, exaustão	4.599
D) EBITDA ajustado da SPE no ARef	7.830

10.5 Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- a) Fiança bancária, formalizada pela(s) carta(s) de fiança emitida(s) pelo(s) fiador(es) a cada desembolso, até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais;
- b) A constituição e cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida no valor de 2,59% do valor efetivamente desembolsado e após a conclusão física e financeira do projeto, no valor de 5,18% do valor efetivamente desembolsado; e
- c) A constituição e cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M) no período operacional em valor equivalente à maior prestação trimestral do valor anual das despesas com O&M.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

11 Partes relacionadas

A Companhia possui transações com as empresas do grupo Valtalia como segue:

	31/12/2025							
	Ativo - Contas a receber	Passivo - Dividendos a pagar	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Mútuo	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)	Resultado (juros sobre mútuos)	Resultado (serviço de operação e manutenção)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	-	61	-	-	-	-	(921)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	12	-	35	-	-	-	-	(223)
Ventos de Serra do Mel A S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	126	-	408	(1.000)	-	-
Ventos de Vila Paraíba II SPE S.A.	1	-						
Voltalia S.A.	-	14	-	-	-	-	-	-
Total	13	14	222	-	408	(1.000)	-	(1.144)
	31/12/2024							
	Ativo - Contas a receber	Passivo - Dividendos a pagar	Passivo - Contas a pagar (1)	Passivo - Mútuo (2)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)	Resultado (juros sobre mútuos) (2)	Resultado (serviço de operação e manutenção)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	92	4	106	-	-	-	-	(773)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	12	-	53	-	-	-	-	(270)
Ventos de Serra do Mel A S.A.	-	4.320	-	-	-	-	(228)	-
Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	958	(567)	-	-
Voltalia S.A.	-	14	29	-	-	-	-	-
Total	104	4.338	188	-	958	(567)	(228)	(1.043)

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

12 Arrendamentos

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem vencimento entre outubro de 2062 a fevereiro de 2069, com taxa de desconto praticada de 5,9%. Os impactos no passivo pela aplicação do IFRS 16 são demonstrados a seguir:

	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	36		(37)		41	40
Passivo Não Circulante	5.710	354	(354)	277	(41)	5.946
Total no Passivo	5.746	354	(391)	277	-	5.986

	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	32	-	-	-	4	36
Passivo Não Circulante	5.492	222	-	-	(4)	5.710
Total no Passivo	5.524	222	-	-	-	5.746

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na Nota Explicativa nº 8.2.

13 Contingências

A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis consideradas com probabilidade de perda prováveis ou possíveis.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 47.752 (R\$ 47.752 em 2024), dividido em 47.752.486 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas pela Ventos de Serra do Mel A S/A, conforme descrito adiante:

	Em 31 de dezembro de 2025			
	Quantidade de ações	%	Valor	%
Ventos de Serra do Mel A S.A.	47.752.486	100%	47.752	100%

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

14.2 Destinação do resultado

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia apresentou prejuízo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

15 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	26.354	25.156
Receita bruta de fornecimento - Partes relacionadas	408	958
Certificado de Energia Renovável - IREC	35	111
Receita bruta de fornecimento - CCEE	711	15
Total de receita bruta	27.508	26.240
Ressarcimento - CCEE	(10.314)	(11.703)
Tributos sobre receita	(624)	(524)
Total das deduções da receita	(10.938)	(12.227)
Total de receita operacional líquida	16.570	14.013

16 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(4.599)	-	(4.596)	-
Encargos setoriais	(2.681)	-	(2.633)	-
Serviços de operação e manutenção	(2.605)	-	(2.467)	-
Serviços de operação e manutenção - Partes relacionadas	(1.144)	-	(1.043)	-
Seguros	(407)	-	(402)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(1.000)	-	(567)	-
Aluguéis	10	-	(144)	-
Energia comprada para revenda	(158)	-	(281)	-
Provisões de litígios trabalhistas	(2)	-	-	-
Despesas administrativas gerais	-	(350)	-	(222)
Serviços de terceiros	-	(403)	-	(537)
	(12.586)	(753)	(12.133)	(759)

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

17 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.375	632
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	614	423
Outras receitas financeiras	1	3
Total	1.990	1.058
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.793)	(6.171)
Custo da transação	(611)	(719)
Juros sobre mútuos	-	(228)
Juros sobre arrendamento	(354)	(340)
Outras despesas financeiras	(2.214)	(561)
Total	(8.972)	(8.019)
Total de resultado financeiro	(6.982)	(6.961)

18 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	17.194	14.537
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	1.376	1.163
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.063	1.744
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	1.990	1.231
Base de cálculo - IRPJ (a) + (c)	3.366	2.394
Imposto de Renda: 15%	505	359
Adicional de Imposto de Renda: 10%	323	215
Total IRPJ	828	574
Base de cálculo - CSLL (b) + (c)	4.053	2.975
Contribuição Social: 9%	365	268
Total de CSLL	365	268
Total IRPJ e CSLL	1.193	842

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

19 Cobertura de seguros

Tipo	Seguradora	Valor em Risco	Início Vigência	Término Vigência
Riscos Operacionais	Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	255.736	13/12/2025	13/12/2027

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação do risco e das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

20 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Serão duas verificações: (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração – 90% do Contrato) deverá ser paga em parcela única no primeiro ciclo de faturamento do ano seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre 1,15 do preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 10ª do referido contrato. E caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração – 100% do Contrato) deverá ser paga em parcela única no primeiro ciclo de faturamento do ano seguinte.

Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre o preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 10ª do referido contrato.

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente Conforme Comunicado nº 971/25 da CCEE, publicado em 30 de dezembro de 2025, foi determinada a suspensão temporária do lançamento dos ressarcimentos relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento aos requisitos de confiabilidade elétrica da operação, até a publicação da regulamentação específica sobre o tema, em atendimento às diretrizes da Lei nº 15.269/2025 e do Ministério de Minas e Energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou R\$ 37.525 (R\$ 25.887 em 2024) no seu balanço correspondente a provisão para ressarcimento anual.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

21 Políticas contábeis materiais adotadas

21.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

21.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se aos créditos decorrentes da geração de energia faturados e a faturar. Os saldos de contas a receber são contabilizados pelo regime de competência, e são demonstradas pelo valor de realização.

21.3 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 35 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

21.3.1 Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

21.4 Intangível

Ativos Intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo;
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

21.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

21.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

21.7 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

21.8 Tributação

Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo (Sigla) -> Alíquotas

Contribuição para o programa de integração social (PIS) -> alíquota de 0,65%.

Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) -> alíquota de 3,00%.

Imposto sobre serviços (ISS) -> 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido em 2025 e em 2024.

De acordo com a sistemática do Lucro Presumido, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

21.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

21.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

21.11 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

21.12 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos foi de 5,90% ao ano, conforme operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

21.13 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade
As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

21.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações contábeis, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações contábeis. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária);
- não tiver responsabilidade pública, e
- sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações contábeis consolidadas disponíveis ao público.

Ventos de Vila Paraíba I SPE S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em milhares de reais

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações contábeis consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações contábeis consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações contábeis separadas. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *